

O Processo de Hominização do Sujeito: reflexões iniciais¹

O que faz do homem um ser humano? O que o diferencia dos animais? De onde veio? Como se formou? Foi criado por um ser supremo? Evoluiu biologicamente? Sua existência vem pré-determinada? Seu processo de hominização faz-se historicamente?

Por muitos séculos a humanidade faz estas perguntas e ao longo da história vêm sendo obtidas diferentes respostas, por diferentes correntes filosóficas.

Há os que defendem a corrente do Teocentrismo, que atribui a criação do universo a um ser supremo transcendente, partindo de uma origem espiritual, divina do homem e que a mesma constituirá sua essência particular.

Enquanto não surgiu a ciência para apresentar uma teoria científica sobre a criação do universo, possivelmente tudo era aceitável como transcendente e imutável. Com os conhecimentos construídos pela humanidade, vieram as teorias científicas.

O homem passou a ser considerado como um ser a parte, qualitativamente diferente dos animais. Através de pesquisas biológicas, Darwin elaborou sua teoria da evolução, dizendo que o homem é produto da evolução gradual do mundo animal, por isso tem uma origem animal. Sendo assim, defendia a tese da “Seleção Natural” onde os que detivessem melhores condições genéticas, superavam naturalmente os mais fracos. Era uma idéia singular, supor que o que era bom nunca se perdia e que todas as coisas que se perdiam nada tinham de bom.

Não tardou a surgir uma mistura de Biologia simplificada aliada a concepções políticas, chamada de Darwinismo Social, para ser aplicada aos problemas humanos. Algumas expressões de tal concepção:

- FRANCIS GALTON (1822-1911) criou o termo eugenia, ciência que visava a possibilidade de aprimoramento da raça humana (GOWDAK, D.p. 166)
- HITLER (1889-1945), afirmou que “todo aquele que no mundo não pertence a boa raça, não é mais que palha agitada no vento” (GOWDAK, D. p.166).

Durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto canhões e metralhadoras dizimavam nativos impondo seu poder, era cômodo pensar que a raça mais forte estava substituindo as mais fracas, inferiores.

Nos últimos dois séculos, a tese do determinismo biológico é apresentada à sociedade, dizendo que a culpa da existência de diferentes classes sociais não é uma questão política e sim que são inatas, fruto de uma determinação biológica.

O determinismo biológico sustenta que as normas comportamentais compartilhadas, bem como as diferenças sociais e econômicas existentes dentre os grupos humanos, principalmente de raça, classe e de sexo, derivam de distinções herdadas e inatas e, que neste sentido, a sociedade é um reflexo fiel da Biologia. Para validar sua tese, os deterministas faziam diversos testes que classificavam o sujeito: de psicológicos a anatômicos. Difundiram o uso da craniometria, que consistia em medir a inteligência, através do tamanho do crânio.

O determinismo biológico serviu também para apoiar a antropologia criminal, dizia que o crime era uma faceta do indivíduo, herdada geneticamente. O cientista CESARE LOMBROSO (1887) defendia firmemente esta idéia e dizia ser possível identificar um criminoso por seus traços atávicos.

(...) “De fato, a anatomia identifica-se com o destino, e os criminosos natos não podem escapar a essa mancha hereditária: Somos comandados por leis silenciosas que nunca deixam de atuar e que regem a sociedade com mais autoridade que as leis escritas em nossos códigos. O crime... parece ser natural” (apud. GOULD, 1991, p.123)

Assim como a teoria da evolução, o determinismo biológico aplicado à sociedade deixou sua herança cultural, ditou valores, validou preconceitos, justificando as desigualdades sociais como um problema genético e não como um problema social.

¹ Texto produzido na disciplina “Fundamentos Psicológicos da Educação”, ministrada pela Prof.^a Patrícia de Moraes Lima no semestre 98.2.

² Aluna do Curso de Pedagogia Educação Especial do Programa Magister/UFSC



Estas teorias, como outras desenvolvidas no desenrolar da história, tiveram seu valor, pois hoje só se considera que não há superioridades e inferioridades dentre os grupos humanos, porque diferentes correntes científicas apontam outros fatores que determinam a construção do sujeito. Entre estes fatores estão a sociedade e a cultura que influenciam no processo de hominização do sujeito.

Leontiev diz que:

“Foi KARL MARX o fundador do socialismo científico o primeiro que forneceu uma análise teórica da natureza social do homem e do seu desenvolvimento sócio-histórico: “todas as suas (trata-se do homem) relações humanas com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o gosto, o tato, o pensamento, a contemplação, o sentimento, a vontade, a atividade, o amor, em resumo todos os órgãos da sua individualidade que, na sua forma, são imediatamente órgãos sociais, são no seu comportamento ‘objetivo’ ou na sua ‘relação com o objeto’ a apropriação deste a apropriação da realidade humana” (A. LEONTIEV, 1978, p.267-268).

Há muitos anos que Marx escreveu estas linhas, mas suas idéias permanecem até hoje como a expressão mais profunda da verdadeira natureza das aptidões humanas ou, como dizia Marx, das “forças essenciais do homem”.

Numa visão naturalista, o homem possui uma ‘essência’, isto é, caracteres próprios, em oposição as outras partes da Natureza animada. Marx protesta, dizendo que o naturalismo resume o homem ao aspecto biológico, deixando de lado o aspecto social. O homem, enquanto espécie, se distingue na Natureza não só por sua herança genética mas também por suas características sociais e históricas.

Há uma mudança ‘qualitativa’ no momento que se introduz o fator sócio-cultural na concepção humana, já que o biológico retira o homem do seu contexto sócio-histórico e faz dele um homem abstrato. A concepção materialista lida com o homem concreto, real, fundada sobre implicações sociais, considerando-o como parte de um determinado grupo social, em um determinado estágio de evolução histórica, pertencente a uma classe e que por isso tem direito a um determinado lugar na divisão social do trabalho, nas relações civis etc.

Marx tinha a convicção que o homem, enquanto espécie, é produto do desenvolvimento histórico. Mas não bastava contestar o naturalismo dizendo que o homem é um produto social, era necessário explicar de

Lucimar Noemi Alves dos Santos ²

que forma desenvolve-se no homem seu comportamento, atitudes, julgamentos e ações.

Dizendo que o homem não é um ser abstrato, MARX afirma que ele é construído, criado por este mundo. O homem constrói-se e desenvolve-se de acordo com as relações sociais que ele estabelece com o grupo a que pertence. São as relações de produção em primeiro lugar que determinam o que o homem é em determinadas condições, a isso os filósofos chamam de natureza humana (...)“ou melhor ainda a ‘essência do homem’ é, pois reconduzido ao papel de uma função das relações sociais” (SCHAFF, A. 1969, p.81).

Schaff (1969) diz que “o homem nasce em uma sociedade definida, em condições e relações sociais e humanas determinadas que ele não escolhe mas que lhe são dadas como resultado da atividade das gerações precedentes” (p.82). As relações de produção, que permeiam as demais relações, ditam os valores, os conceitos, as regras, tudo é dado ao indivíduo socialmente. É nesse sentido que as relações sociais criam o indivíduo e só seria possível rejeitar isto, defendendo o inatismo. A melhor forma de se contestar o inatismo é observar dois sujeitos de uma mesma época, mas inseridos em grupos sociais diferentes, para perceber como o processo de hominização dos mesmos será determinado pela cultura do grupo em que estavam inseridos.

“O homem por ser um produto social (...) e na sua ontogênese, está completamente submetido ao determinismo social que o forma, num modo que escapa do seu controle, por via da língua que tem em si um determinado sistema de pensamento, da educação que lhes inculca hábitos, costumes, comportamentos definidos, etc (...). (SCHAFF, A. 1969, p.82).”

Isto é absorvido de tal forma pelo homem que mesmo percebendo que foi induzido a ter determinadas atitudes, gostos, tudo mais, não consegue romper totalmente com isto.

Já visto que o homem é produto social, que as relações de produção determinam a que classe pertence, há de se fazer uma pergunta: Como nasceu o homem social e que “evolução” seguiu ele? Porque mesmo sabendo que há um elo de ligação entre homem/natureza/sociedade, isto por si só não explica como se deu esta evolução histórica.

Para Marx, a resposta desta pergunta está no trabalho humano, na prática humana como processo de

transformação da Natureza. Ao transformar a natureza, os homens criam cultura, refinam, cada vez mais, técnicas instrumentos, desenvolvem as suas funções mentais e a sua personalidade.

(. . .) Assim, do ponto de vista do homem, o processo humano de criação é um processo de auto criação. Assim, graças ao trabalho a espécie *Homo– sapiens* nasceu, evoluiu e continua a transformar-se (Schaff, A.1969 p. 85/86)

Estes são princípios da teoria sócio-histórica que, na minha opinião, é a que dá conta de inúmeras questões relacionadas à concepção do sujeito, pois todos são compreendidos de forma igualitária sem distinção de etnia, cor ou sexo. Todos têm possibilidades de desenvolver-se e ocupar um lugar na sociedade que historicamente lhe foi dado e que para muitos é negado. E quem nega ao sujeito o direito de pertencer e atuar nesta sociedade é uma ideologia mesclada de diversas teorias que explicam as desigualdades sociais, impossibilitando a hominização de muitos, e fazem isso de uma forma natural. Portanto é fundamental o embasamento teórico, pois por detrás da nossa prática, há uma teoria constantemente validada.

Se acreditarmos que o sujeito nasce pronto, então contra fatores biológicos ou sociais nada se pode fazer, a não ser resignar-se e aceitar o que está posto.

Se acreditarmos que o sujeito constrói-se, nas relações que ele estabelece no decurso de sua existência,

cabe-nos então, proporcionar-lhe interações que possibilitem uma ruptura com o senso comum, desenvolvendo, assim, a consciência crítica, dando-se conta das contradições existentes na sociedade em que está inserido.

É analisando as concepções, que podemos fazer uma reflexão sobre nossa ação pedagógica, percebendo, assim, se está condizente com aquilo que acreditamos.

"Não é a consciência que determina a vida.

É a vida que determina a consciência."

MARX E ENGELS (1989, p.21)

Referências Bibliográficas

- GOWDAK, Demétrio. *Genética e Evolução*. Editora: F.T.D. S.A., s/d.
- GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEONTIEV, Alexis. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa (Pt): Livros Horizonte, 1978.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- SCHAFF, Adam. *A Concepção Marxista do Indivíduo*. IN: VOLPE, Della (org.). *Moral e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. ■

Autora: Raquel

Corbetta,

aluna do curso de
arquitetura da UFSC.

Título do trabalho:

**Deficiente – só porque
você quer.**

Trabalho classificado em **3º lugar** no concurso promovido pelo Núcleo de Investigação do Desenvolvimento Humano, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.